

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA-FACER
CURSO DE DIREITO

JOÃO BATISTA LEMES JÚNIOR

O CONCEITO DE VIOLÊNCIA EM HANNAH ARENDT

RUBIATABA-GO

2007

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA-FACER
CURSO DE DIREITO

JOÃO BATISTA LEMES JÚNIOR

O CONCEITO DE VIOLÊNCIA EM HANNAH ARENDT

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba- FACER como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito sob a orientação do prof. Ms. José João Neves L. B. Vicente.

RUBIATABA-GO

2007

JOÃO BATISTA LEMES JÚNIOR

O CONCEITO DE VIOLÊNCIA EM HANNAH ARENDT

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba- FACER como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

RESULTADO: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Ms. José João Neves L. Barbosa. Vicente
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba
Orientador

Prof. Ms. Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba

Prof.^a Ms. Geruza Silva de Oliveira
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba

Rubiataba, 23 de janeiro de 2008

DEDICATÓRIA

A Deus pelo dom da vida que nos permite pensar e expressar aos nossos semelhantes o nosso conhecimento.

Aos meus pais pelo apoio que me deram durante estes anos, sem o qual eu não conseguiria obter este resultado positivo.

À minha esposa Cláudia pelo incentivo, dedicação e paciência demonstrados ao longo destes anos.

Ao meu sobrinho Rodrigo, em memória, pela sua alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, que pela sua sabedoria e dedicação à arte de pensar e ensinar, despertou-me para a busca de ser um pensador do Direito.

Aos mestres cujos ensinamentos puderam contribuir para este opúsculo científico.

Aos colegas de curso pela amizade, respeito e consideração.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.



“Ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas, e à primeira vista é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração”

Hannah Arendt

RESUMO

Trabalho de pesquisa teórica cujo fundamento é a compreensão da violência a partir de conceitos e idéias de Hannah Arendt, alicerçado em suas obras: *Da violência* (2004); *A condição humana* (2007) e *Entre o passado e o futuro* (2007). Nele procura-se, inicialmente, demonstrar a forma como a autora alerta para a distinção conceitual da violência e a importância de se saber diferenciar os termos “poder”, “vigor”, “força”, “autoridade”, e, finalmente, “violência”. Em seguida, examina-se os afastamentos dos equívocos sobre a violência, a partir da observação que Arendt faz em sua obra *Da Violência* (2004), na qual ela critica vários pensadores, como por exemplo, Sorel, Pareto e Fanon por promoverem o que ela chama de glorificação da violência. Após, examina-se a violência, o poder e a política, a partir da dinâmica das três esferas da vida humana: a esfera pública, a esfera social e a esfera privada. Analisa-se a política através de sua configuração enquanto esfera da vida humana e compara-se a Antiguidade e a Era Moderna, momento em que a autoridade desaparece da política. Por último, demonstra-se algumas formas atuais de violência.

Palavras-chave: poder, vigor, força, autoridade, violência, política.

ABSTRACT

Job search theoretical foundation which is the understanding of violence from concepts and ideas of Hannah Arendt, building on their works: *On Violence* (2004); *The human condition* (2007) and *between the past and future* (2007). It seeks to, initially, show how the author draws attention to the conceptual distinction of violence and the importance of knowing differentiate the terms "power", "strength", "force", "authority", and finally, "violence ". Then, it examines whether the disappearance of the misconceptions about violence from the observation that Arendt is in his *On Violence* (2004), in which she criticizes various thinkers such as Sorel, Pareto and Fanon, promote the she calls the glorification of violence. Next, it examines the violence, power and politics, from the dynamics of the three spheres of human life: the public sphere, the social sphere and the private sphere. Analyze is the policy through its configuration as a sphere of human life and compares itself to antiquity and the Modern Age, when the authority disappears politics. Finally, shows are some current forms of violence.

Keywords: power, strength, force, authority, violence, politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	10
1. A DISTINÇÃO CONCEITUAL DA VIOLÊNCIA -----	11
1.1. O Poder-----	13
1.2. O Vigor-----	14
1.3. A Força-----	14
1.4. A Autoridade-----	15
2. O AFASTAMENTO DOS EQUÍVOCOS SOBRE A VIOLÊNCIA -----	16
3. VIOLÊNCIA, PODER E POLÍTICA -----	25
3.1. As esferas pública e privada na Antiguidade Grega-----	25
3.2. O antagonismo entre o cristianismo e a esfera pública-----	28
3.3. A ascensão da esfera social-----	30
3.4. A alienação do mundo-----	33
3.5. A substituição da ação pela fabricação-----	35
3.6. O poder como sinônimo de domínio-----	36
4. ALGUMAS FORMAS E NOÇÕES ATUAIS DE VIOLÊNCIA -----	38
4.1. Violência Doméstica-----	42
4.1.1. Violência Física-----	42
4.1.2. Violência Psicológica-----	42
4.1.3. Negligência-----	43
4.1.4. Síndrome do bebê sacudido (Shaken Baby Syndrome)-----	43
4.1.5. Síndrome de Münchausen por procuração-----	43
4.1.6. Violência Sexual-----	44
4.2. Violência Policial-----	44
CONCLUSÃO -----	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	52

INTRODUÇÃO

O tema violência está se tornando cada vez mais comum no cotidiano. Ele emergiu com força total nesse início de século, e a cada dia as pessoas vão ficando inertes perante tantos acontecimentos violentos que assolam o mundo. A proporção do fenômeno é monstruosa. Não conseguimos sequer imaginar o que o homem é capaz de fazer a partir do desenvolvimento tecnológico e científico alcançado. Se por um lado, tal avanço significou progresso, por outro, não trouxe benefícios ao homem na mesma proporção em que propiciou facilidades para destruí-lo. Esse paradoxo foi uma das preocupações de Arendt, ao procurar entender o que leva o homem a praticar tanta violência.

Neste trabalho abordaremos o conceito de violência em Arendt, justamente para desmistificá-lo a partir do pensamento da autora, a qual o tratou com desenvoltura em suas obras.

Arendt, judia alemã, nasceu em 1906, em Hannover. Doutorou-se em Filosofia em 1929 na Universidade de Heidelberg, com a tese: *O conceito de amor em Santo Agostinho*, sob a orientação de Jaspers. Por causa da perseguição nazista, se refugiou na França e logo em seguida nos Estados Unidos. Faleceu em 1975.

A decisão de estudar o pensamento arendtiano, em particular, o tema “violência”, foi a morte violenta de um sobrinho de apenas dezessete anos de idade por agentes do Estado, os quais descumprindo seus papéis de mantenedores da ordem e da segurança dentro da legalidade que lhes seria peculiar, fizeram-nas brotar pelo cano de uma arma. É mister formar uma consciência disseminadora da paz e não da violência.

Este trabalho, dividido em quatro capítulos (A distinção conceitual da violência; O afastamento dos equívocos sobre a violência; Violência, poder e política; Algumas formas e noções atuais da violência) está alicerçado, com a exceção do último capítulo, na análise das seguintes obras de Arendt: *Da violência* (2004); *A condição humana* (2007) e *Entre o passado e o futuro* (2007).

1 - A DISTINÇÃO CONCEITUAL DA VIOLÊNCIA

Como consequência da reflexão sobre a liberdade, principalmente no campo da política, o problema da violência passou a ser um assunto fundamental no pensamento de Arendt.

Uma característica forte da reflexão de Arendt sobre o fenômeno da violência é a distinção conceitual. Para ela, há uma banalização do conceito da violência que se caracteriza, essencialmente, por sua instrumentalidade e distingue-se do poder, do vigor, da força e da autoridade.

Escapando de um campo de concentração na Alemanha Nazista, Arendt ficou horrorizada com o que presenciou e, assim buscou a explicação do porquê de tantas atrocidades, iniciando seus estudos sobre a temática Totalitarismo. Assim, no ano de 1951, publicou a sua primeira obra: *As origens do totalitarismo*.

De sua preocupação em esclarecer o que estamos fazendo aqui na Terra, semelhante ao que a Filosofia propõe, ela reflete sobre o “progresso” da ciência e da tecnologia, o qual não propiciava paralelamente e proporcionalmente, o avanço do bem-estar do homem. Daí publica em 1957, a obra *A condição humana*. Logo na introdução, ela revela:

O que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes. É óbvio que isto requer reflexão; e a irreflexão – a imprudência temerária ou a irremediável confusão ou a repetição complacente de “verdades” que se tornaram triviais e vazias – parece ser uma das principais características do nosso tempo. O que proponho, portanto, é muito simples: trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo. (ARENDR, 2007, p.13)

Demonstra as diferenças entre labor, trabalho e ação, caracterizando os fundamentos “das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra”.(Arendt, 2007, pág.15). Labor, seria o processo biológico de subsistência do corpo humano ao passo que trabalho seria o artificialismo da existência humana. A ação seria comparada a um segundo

nascimento, no qual se nasceria para o mundo, revelando-se nas palavras, ou seja, no discurso:

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer. (Ibid, p.191)

Arendt faz um apanhado do processo histórico da mudança do privado para o público, a ser descrito no quarto capítulo deste trabalho. Serão analisadas as esferas privada, pública e social descrevendo a forma pela qual se deu a ascensão da social sobre as demais esferas.

Durante o período da Guerra Fria, Arendt publica “Entre o passado e o futuro” (1961), obra na qual ela faz uma profunda reflexão política, que iluminou o pensamento do século XX. Nesta obra, analisou temas muito importantes, como Liberdade, Autoridade, além da crise na Educação e na Cultura. Nela encontra-se quase todo o temário de sua obra. Inicialmente faz uma análise do pensamento moderno em relação à tradição da filosofia política e constata a existência de uma confusão de poder com violência. Nesta obra, fica compreendida a razão que havia acerca das divergências do tema Violência, o qual é preocupação em demonstrar no segundo capítulo deste trabalho, quando se aborda o *afastamento dos equívocos sobre a violência*.

Durante o ano de 1968, com a revolta estudantil e a deflagração dos movimentos de libertação da América e África, Arendt vê-se provocada a sistematizar sobre o tema “violência”. De sua reflexão, escreve a obra *On violence*, publicada em 1969, a qual foi traduzida para o português com o título *Sobre a violência*, ou também, *Da violência*, fazendo uma abordagem acerca “da natureza e das causas da violência” (Arendt, 2004, p.45).

Ela organizou-o em três capítulos. No primeiro, procura demonstrar que a expansão dos meios de violência devido à revolução tecnológica permitiu que “antigas verdades sobre o relacionamento entre a guerra e a política ou sobre a violência e o poder tornaram-se

inaplicáveis” (Ibid, 2004, p.8). Analisa a “glorificação da violência” (Ibid, 2004, pág. 45), demonstrando a insustentabilidade desta argumentação e fundamentação teórica. No segundo, procura demonstrar o que constitui a essência do poder e da criatividade da ação. Assim sendo, realiza diversas delimitações conceituais: violência, poder, vigor, autoridade, comando, obediência, construindo seus paradigmas referenciais. No terceiro, faz uma análise dialética das diversas explicações sobre a violência, afastando os equívocos.

Arendt, sem sombra de dúvida, foi a pensadora que mais contribuiu para a reflexão sobre a violência através de sua delimitação conceitual, esclarecendo confusões e conotações que pairavam sobre o tema. De sua constatação, escreveu:

Trata-se, penso eu, de uma triste reflexão sobre o atual estado da ciência política o fato de que nossa terminologia não distinga entre palavras chave tais como “poder”, “vigor”, “força”, “autoridade”, e, finalmente, “violência” – todas as quais referem-se a fenômenos distintos e diferentes entre si e dificilmente existiriam não fosse a existência destes.(ARENDDT, 2004, pág.27)

Arendt preocupou-se em fazer essa delimitação conceitual, cremos que, para fortalecer a sua explicação sobre o tema e, para que pudéssemos separá-lo de sua definição de política.

Na visão arendtiana, mais do que uma simples confusão no uso daqueles termos como sinônimos, na visão comum, cuida-se do mesmo objetivo, que é apontar “Quem governa quem?”.(Ibid, mesma página)

1.1. O poder

Arendt afirma que “ O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.” (Ibid, mesma página).

O poder e a violência são opostos; quando o poder está em risco é comum que surja a

violência, mas se deixada como uma praxe, ela conduzirá ao desaparecimento do poder.

O poder está associado à legitimação, enquanto a violência está associada a imposição. Em termos comuns quando falamos que alguém é um homem poderoso ou uma personagem poderosa, estamos usando a palavra poder metaforicamente. Neste entendimento, quando retira-se as metáforas estamos nos referindo ao vigor.

1.2. O vigor

O “‘vigor’, designa inequivocamente alguma coisa no singular, uma entidade individual, trata-se de uma qualidade inerente a um objeto ou pessoa e que pertence ao seu caráter, a qual pode manifestar-se em relação a outras coisas ou pessoas, mas que é essencialmente independente deles.” (Arendt, 2004, p.28)

1.3. A força

A força, refere-se a energia liberada que os movimentos sociais podem exercer sobre a sociedade e sobre o fenômeno do poder. Dessa forma, ela não se mistura à violência, aproximando-se, entretanto, ao vigor.

1.4. A autoridade

Em relação aos usos e abusos conceituais, a ocorrência mais freqüente é com o termo autoridade, que “é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência” (Arendt; 2007; Entre o passado e o futuro, p. 129). no qual afirma que um dos aspectos conceituais de autoridade, remonta ao filósofo Platão, o qual, quando

começou a considerar a introdução da autoridade no trato dos assuntos públicos na *polis*, sabia que estava buscando uma alternativa pra a maneira grega usual de manejar os assuntos domésticos, que era a persuasão (*peithein*), assim como para o modo comum de tratar os negócios estrangeiros, que era a força e a violência (*bía*). (ARENDDT, 2007, p. 129-130)

A essência da autoridade, no seu entender, é o reconhecimento inquestionável, constituindo o desprezo seu maior inimigo e a risada o meio eficiente para destruí-la (ARENDDT, 2004, p.28). Assim, a autoridade é incompatível tanto com a utilização de meio externos de coerção – onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou -, quanto com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação (Arendt, 2007, p.129).

A violência, no pensamento arendtiano, distingue-se por seu caráter instrumental. Meios, implementos, instrumentos, ferramentas são alguns dos substantivos usados pela autora. Assim, com o propósito de multiplicar o vigor natural, a violência aproxima-se fenomenologicamente do vigor (Arendt, 2004, p. 28).

Embora a autora faça estas distinções, entendendo-as como não sendo arbitrárias, diz que

difícilmente correspondem ao mundo real, de onde são, entretanto, retiradas. Assim o poder institucionalizado nas comunidades organizadas aparece freqüentemente sob a feição de autoridade, a exigir imediato e indiscutido reconhecimento; sociedade alguma poderia funcionar sem ela (Id; 2004, p.29).

2 - O AFASTAMENTO DOS EQUÍVOCOS SOBRE A VIOLÊNCIA

Arendt criticou severamente, em sua obra *Da Violência*, os movimentos da chamada Nova Esquerda, nos anos 1960, pelo fato de que esses movimentos, sob o pretexto de lutarem contra a ameaça nuclear e os sistemas de governo da época, acabavam por fazerem o que ela chama de glorificação irresponsável da violência, pensando ser ela a essência de todo poder. Assim, ela observa as origens teóricas desse equívoco, e afirma que

Se nos voltarmos para os debates sobre o fenômeno do poder, descobriremos logo que existe um consenso entre os teóricos políticos da esquerda e da direita de que a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder. “Toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência”, disse C. Wright Mills, ecoando, pode-se dizer, a definição de Max Weber do Estado como “o domínio de homens sobre homens com base nos meios da violência legítima, isto é, supostamente legítima. (ARENDDT, 2004, p.22)

Ao discorrer sobre a natureza e as causas da violência, a autora promove o afastamento dos equívocos sobre a violência, iniciando pelo questionamento do trabalho desenvolvido pelos especialistas das ciências naturais. Segundo sua análise tentar justificar a violência a partir de termos biológicos, seria algo muito perigoso, pois, nas pesquisas com animais, tentaria justificá-la como fenômeno natural e a seu ver não era uma verdade.

Arendt afirma que

nem a violência, ou o poder, são fenômenos naturais, isto é, manifestações de um processo vital; pertencem eles ao setor político das atividades humanas cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem de agir, a habilidade de iniciar algo novo. (2004, p.52)

De acordo com sua interpretação o animal age por instinto, sendo a agressividade fruto de auto-preservação. Assim, haveria uma falha, quando o homem agisse com violência sem uma devida provocação, inclusive, podendo acumular estímulos externos e, por fim, deixá-los vir à tona de uma só vez como uma explosão.

Outro equívoco que se contrapõe à definição arendtiana da violência é a mais antiga definição da natureza humana:

a definição do homem como *animal rationale*, segundo a qual nada nos distingue de outras espécies animais exceto o atributo adicional da razão. A ciência moderna, partindo sem maiores críticas dessa velha presunção, foi bem longe ao “provar” que o homem compartilha todos os demais atributos com alguma espécie do reino animal – exceto o dote suplementar da razão torna-o um animal mais perigoso. E o uso da razão que nos torna perigosamente “irracional”, uma vez que esta razão é propriedade de um “ser instintivo em seu estado natural”. (ARENDETT, 2004, p.38).

Arendt aprofundando o pensamento acerca das diferenças do homem e dos animais, acrescenta que o homem age de forma irracional quando nega, ou mantém-se alheio as descobertas dos cientistas. A diferença, então, passa a se centrar na ciência, que pode curar os efeitos oriundos da razão na manipulação e controle dos nossos instintos.

Não aceitava a afirmação de que a violência se originava do ódio, pois, via que ele podia ser como as demais manifestações da natureza humana. E verificava que nem mesmo com as condições desumanas, criadas pelo próprio homem como, por exemplo, os campos de concentração, a tortura, a fome, dentre outras poderiam tornar o homem semelhante aos animais. Daí que para ela, não era o ódio e nem a violência, mas a sua ausência que proporcionaria a desumanização do homem. Dessa análise verifica-se que:

ninguém reage com o sentimento de ódio a uma doença incurável ou a um terremoto ou a condições sociais que parecem imutáveis. Somente onde houver razão para suspeitar que as condições poderiam ser mudadas e não o são é que surgirá o ódio. Somente onde o nosso senso de justiça for ofendido é que reagiremos com ódio, e essa reação não refletirá de maneira alguma um dano pessoal, conforme demonstra toda a história da revolução, onde invariavelmente os membros das classes altas deflagravam e em seguida lideravam as rebeliões dos oprimidos e tiranizados. A violência é um recurso

enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez.(ARENDDT, 2004, p.39)

Arendt acreditava que em algumas circunstâncias, o uso da violência seria a única forma de se promover a justiça, mesmo sabendo que não seria a forma correta de resolver os seus problemas conflitando, inclusive, com as constituições das comunidades civilizadas. Ela condenava a hipocrisia e alertava para o perigo do mundo das aparências, no qual os homens poderiam fazer parte. Acreditava que só se poderia confiar nas palavras na certeza de que a sua função fosse revelar e não dissimular. Seria a aparência da racionalidade que provocaria o ódio, não simplesmente, os interesses por detrás dela.

Muitos autores promoveram o que a autora chamava de glorificação da violência - Sorel, Pareto, Fanon – movidos por ideais de combate à sociedade burguesa promoveram a defesa da violência com o intuito de desmascarar o inimigo e suas desonestas manipulações.

Uma manipulação comum, continuada atualmente, que foi combatido pela autora, consiste na crença de que “onde todos são culpados, ninguém o é; as confissões de culpa coletiva são a melhor salvaguarda possível contra a descoberta dos culpados, e a própria extensão do crime a melhor desculpa, para não se fazer nada”.(ARENDDT, 2004, p.40)

Sorel (1992) acreditava no mito da greve geral que seria o meio pelo qual a classe proletariada iria tomar o poder. Ele acreditava muito no papel a ser desempenhado pelos homens que integrariam o movimento revolucionário do proletariado e dizia que:

Por intermédio deles, sabemos que a greve geral é exatamente o que afirmei: o *mito* no qual o socialismo está contido por inteiro, ou seja, uma organização de imagens capazes de evocar instintivamente todos os sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna. As greves engendraram no proletariado os sentimentos mais nobres, profundos e motivadores que ele possui. A greve geral agrupa todos esses sentimentos numa imagem de conjunto e, por sua aproximação, confere a cada um deles seu máximo de intensidade.(SOREL, 1992, p.146)

Na concepção de Sorel a antiga burguesia já não possuía energia a ser empregada na luta de classes. Dessa forma, bastava persuadir o proletariado a usar a violência contra ela e se chegaria ao poder. Procurava defender uma filosofia que fosse voltada para o que ele definia como produtores, a qual conseqüentemente era contra a sociedade de consumo e seus intelectuais, por crer que fossem parasitas. (ARENDDT, 2004, p.44)

Sorel via os trabalhadores como produtores, que deveriam inovar a moral da época, através da guerra social, a qual seria movida por sentimentos de honra, glória e desejos de fama, os quais, na análise arendtiana não traria nada de novo e ainda seria uma apologia da violência.

Vilfredo Pareto, italiano contemporâneo de Sorel, havia perdido as esperanças quanto à classe trabalhadora, pois, para ele esta integração rápida dela no organismo social e político da nação iria constituir um novo sistema, que aliaria a burguesia aos trabalhadores, seria o que ele denominava de “Pluto-democracia”, um regime composto pela plutocracia (o regime burguês) e a democracia (regime dos trabalhadores).(Ibidem, 2004, p.45)

Fanon analisava a violência como um elemento da vida, e esta, como um combate sem fim (Ibidem, p.44), de forma que as pessoas poderiam interpretar que elogiar a violência seria o mesmo que elogiar a vida, o que para Arendt recaía no que ela chama de glorificação da violência.

Ela observava que o movimento estudantil, a exemplo do movimento *Black Power*¹, havia adotado uma nova retórica, a qual era pobre de argumentos teóricos. Ela demonstra, por exemplo, que o uso da violência no campus, promoveria a violência. O que antes poderia ter sido uma questão de teoria e retórica, agora já não era mais. A violência se fazia presente, por isso, havia uma tendência de se render às exigências daqueles que a utilizavam. Tendia-se a atendê-las, mesmo sabendo sê-las *ridículas e incabíveis* (ARENDDT, 2004, p.14). Esse comportamento era associado a um complexo de culpa da sociedade, daquela época, que

1 Composto por estudantes negros que, em sua maioria, eram aceitos nas universidades sem as qualificações necessárias. Esse movimento se julgava como sendo um grupo de interesses representando a comunidade negra. Era um movimento violento que impunha suas reivindicações de uma forma que chegava a comprometer os padrões acadêmicos, pois conseguiam ter as suas exigências atendidas, e elas, muitas vezes eram até mesmo ridículas, como por exemplo, a educação em Swahili (um tipo de não-idioma do século XIX falado pelas caravanas árabes de escravos e marfim, uma mistura híbrida de um dialeto Banto com um imenso vocabulário emprestado pelo Árabe; ver a Enciclopédia Britânica, 1961) (ARENDDT, 2004).

aceitava com mais facilidade as reivindicações impostas com o uso da violência a aquelas de cunho democrático e participativo.

Dessa análise, Arendt lançava o seguinte questionamento:

Por que os novos empregadores da violência estão inconscientes de sua discordância decisiva com relação aos ensinamentos de Karl *Marx* ou, em outras palavras, por que se agarram com teimosa tenacidade a conceitos e doutrinas que foram não apenas refutados por desenvolvimentos de fato, mas são claramente inconsistentes com sua própria política? (2004, p.16)

A autora percebia uma falha muito grande nesses movimentos no que concerne a sua sustentação ideológica. Acreditava que o único discurso positivo defendido pela Nova Esquerda era o de democracia participante, o qual teve seguidores por todo o globo, servindo de pano de fundo por diversas rebeliões no oriente e no ocidente. Defendia o sistema de conselhos ou câmaras municipais.

Arendt notava a falta de consistência nos ideais revolucionários deixados por Marx e Lenine, “os quais procuravam, ao contrário, uma sociedade na qual a necessidade de ação pública e participação nas questões públicas teriam ‘definhado’ juntamente com o Estado.” (ARENDR, 2004, p.16). Na realidade, esses movimentos se voltavam contra a democracia representativa em prol dos grandes partidos, que representam não os seus membros, mas, os seus (funcionários) e contra o aparato burocrático socialista, que tinha por base um só partido, o qual excluiria, em princípio a participação.

Outro ponto inconsistente da Nova Esquerda está na questão do caráter moral da rebelião. Defendiam-no na Revolução Social para justificar a existência da mesma. Os movimentos revolucionários eram liderados por pessoas desinteressadas, que se motivavam pelo espírito de compaixão ou pela paixão pela Justiça, porém, em termos ideológicos,

Marx, conforme sabemos, havia de maneira eficaz, transformado em tabu essas “emoções” – se hoje o Sistema rejeita argumentos morais taxando-os de “emocionalismo” está então muito mais próximo da ideologia marxista do que os rebeldes – e teria resolvido o problema dos líderes “desinteressados” com a noção de que são a vanguarda da humanidade, incorporando o interesse último da história humana. (ARENDR, 2004, p.17)

Acontece que esses movimentos tiveram que adotar interesses extraídos de classes trabalhadoras para poderem se identificar com ela e foi somente isso que lhes garantiu uma base firme.

Outro ponto importante da análise arendtiana centra-se no progresso. Arendt comparou o progresso descrito por Marx, ao descrito por outros pensadores, e verificou que ele pregava uma sociedade sem classes como o reino da liberdade que poderia ser o final da História. A idéia de Marx, tomada emprestada de Hegel,

Segundo a qual todas as antigas sociedades abrigam as sementes de suas sucessoras da mesma maneira como todo organismo vivo abrigam as sementes de sua descendência é não apenas a mais engenhosa mas também a única garantia conceitual da eterna continuidade do progresso na História; e uma vez que os movimentos desse progresso originam-se supostamente das colisões de forças antagônicas é possível interpretar todo “retrocesso” como necessário porém temporário.(ARENDR, 2004, p.18)

Dessa forma, interpretava que os acontecimentos podiam ser documentados e justificados, mas, nenhum deles seria capaz de sustentar sua continuidade de tempo linear e de progresso contínuo na História. Ela dizia que a análise dos pensadores não poderia se centrar somente no passado e também não poderia evitar a idéia de que “o futuro da humanidade em geral nada tem a oferecer à vida individual cuja única certeza é a morte”. (ARENDR, 2004, p.19).

Arendt afirmava que o progresso não apenas explicaria o passado, mas também, poderia guiar o futuro. Ela tinha a certeza de que nada de totalmente novo e inesperado pudesse acontecer a não ser os resultados necessários daquilo que já sabiam. Assim sendo, acreditava que as experiências que as tinham vivido naquele século, as quais faziam se confrontar com o inesperado, estariam flagrantemente em contradição com essas noções e doutrinas, que devido as suas peculiaridades pareciam consistir em ofertar um refúgio de conforto, especulação ou pseudocientífico da realidade.

A autora percebia a superficialidade teórica dos movimentos e também denunciava a forma de manipulação que havia sobre a sociedade. Afirmava que

Os homens podem ser “manipulados” através da coerção física, tortura, ou inanição, e suas opiniões podem ser formadas arbitrariamente por meio de informações falsas transmitidas de maneira deliberada e organizada, mas não através de “meios de persuasão ocultos”, a televisão, a propaganda, ou qualquer outro meio psicológico em uma sociedade livre.(ARENDDT, 2004, p.20)

Arendt observou que as pessoas que eram aficionadas da manipulação, tanto os que a temiam quanto os que criam nela, dificilmente poderiam ver a realidade das coisas. Cita o exemplo ocorrido durante uma manifestação de estudantes, na cidade americana de Berkeley, na qual a polícia e a Guarda Nacional, armados com rifles, com suas baionetas desembainhadas e lançando gás lacrimogêneo de helicópteros, atacaram os estudantes desarmados, os quais só possuíam como armas os epítetos. Nesse episódio alguns homens da Guarda Nacional se confraternizavam com os seus inimigos e aconteceu que um dos guardas, abaixando os braços, gritou que não conseguia agüentar mais, sendo levado às pressas para um exame psiquiátrico, pois só poderia se tratar de insanidade, donde puderam, então, constatar que ele sofria de *agressões reprimidas*. (ARENDDT, 2004, p.20)

A crítica que a autora traz acerca do progresso, está na crença irracional de um progresso ilimitado que se atrela ao desenvolvimento da ciência que deixou de coincidir com o progresso da humanidade, e isso ocasionou o que ela afirma ser *o momento dos resultados destrutivos*. Ela percebia que havia uma distorção em termos de interpretação histórica, de se ver a História como um *processo cronológico contínuo*, donde somente a violência poderia interrompê-la. Para ela, isso era um erro que estava sendo cometido, até, pelos movimentos estudantis, que não viam a realidade, qual seja, a de que é a ação a resposta, distinta do simples comportamento, que será capaz de interromper aquilo que teria o seu curso normal e previsível.

Importante concepção está narrada, também, em outro texto no qual o autor afirma que

a capacidade da tecnologia para melhorar a vida humana precisa necessariamente, estar ligada a um progresso moral paralelo do homem. Sem este progresso, o poder da tecnologia será usado, com certeza, para o mal e o homem em vez de melhorar, ficará pior do que era antes.(VICENTE, 2007, p.86)

A lógica desse pensamento é clara, pois se pensarmos o que significou ao homem o avanço científico promovido, por exemplo, quando Andrei Shkarov trabalhou a estrutura do átomo propiciando a fabricação da Bomba Atômica, verificaremos com certeza, que após a sua descoberta, a experiência feita sobre Hiroshima e Nagasáki, para inaugurá-la, em nada contribuiu para o bem da humanidade. Pelo contrário, a partir deste episódio, a História pôde verificar que o homem com seus avanços tecnológicos, tanto podem contribuir para o bem da humanidade como, também acabar com toda a raça humana num curto espaço de tempo. Se os cientistas pensassem nas conseqüências desastrosas que podem ter certas experiências científicas, talvez não as desenvolvessem.

Uma observação semelhante acerca da técnica, pode ser verificada em Schmitt (1992, p.116)

A técnica é sempre somente instrumento e arma, e justamente porque ela serve a qualquer um, ela não é neutra. Da imanência da técnica não brota nenhuma decisão humana e espiritual, e menos ainda uma em favor da neutralidade. Toda espécie de cultura, cada povo e cada religião, cada guerra e cada paz pode se servir da técnica como arma. O fato de que os instrumentos e armas a cada dia se tornam mais utilizáveis torna tanto maior a probabilidade de que sejam realmente utilizados.

Ele não acreditava na neutralidade da técnica. Via nela um instrumento para garantir o poder o que, de certa forma, não deixou de ser uma realidade ao longo da trajetória humana.

A busca pelo poder com o uso da violência e associado à técnica que conduz a tal fim, considerando a omissão da sociedade global, promoveu em diversos momentos da história, a legitimação de líderes inescrupulosos que, sob o argumento da construção de um mundo mais justo, ocasionaram guerras terríveis, as quais são exemplos típicos do fenômeno da banalização da violência, descrito por Arendt. Segundo Brüseke (2001, p.52)

Em junho de 1996, registramos no continente africano nada menos do que 11 conflitos militares de grande porte, guerras esquecidas pela mídia das

sociedades de risco, que mostram tanto o que significa caos social na práxis como demonstram que a sociedade global já dispõe de mecanismos que excluem simplesmente uma dúzia de guerras locais e regionais da consciência global. Para não confirmar o que nós criticamos, queremos pelo menos mencionar os nomes dos países onde morrem e sofrem, também nestes dias, milhões de seres humanos: Argélia, Angola, Burundi, Libéria, Mali, Nigéria, Ruanda, Somália, Serra Leoa, Sudão, Chade, Uganda, Saara Ocidental.

3 – VIOLÊNCIA, PODER E POLÍTICA

Arendt no decorrer de suas obras concebe um espaço público genuíno, no qual haveria a participação política dos membros da sociedade. Assim, para que possamos compreender isso, temos que analisar a relação entre as três esferas da vida humana: a esfera pública, a esfera social e a esfera privada. E, então, perceber a ascensão da esfera social sobre as duas restantes, as quais poderiam diminuir até desaparecerem, devido a natureza da relação entre as esferas pública e privada.

No livro *A condição humana* (2007) a autora demonstra que a ação humana foi sendo excluída e substituída pelo comportamento, culminando nas sociedades de massa. A partir daí, vários grupos sociais foram absorvidos pela sociedade e na suposta igualdade entre seus membros é que se tem o sinal que a sociedade conquistou a esfera pública.

3.1. As Esferas Pública e Privada na Antiguidade Grega

Arendt, analisando o homem e suas relações na antiguidade grega, verificou que na *polis* grega, havia uma nítida separação entre a família (vida privada) e a política (vida pública), não significando, porém, sociedade. A sociedade, como concebida na Era Moderna, é distinta daquela concepção grega, e isto se deve a uma falha de interpretação nas traduções latinas de expressões gregas. Para Arendt

Esta relação especial entre ação e a vida em comum parece justificar plenamente a antiga tradução do *zoon politikon* de Aristóteles como *animal socialis*, que já encontramos em Sêneca e que, até Tomás de Aquino, foi aceita como tradução consagrada: *homo est naturaliter politicus, id est, socialis* (“o homem é, por natureza, político, isto é, social”). Melhor que qualquer teoria complicada, esta substituição inconsciente do social pelo político revela até que ponto a concepção original grega havia sido esquecida. (2007, p.32)

Arendt aponta como equivocados, os estudiosos de Aristóteles, ao afirmarem que o homem é animal social enquanto o filósofo sustentava que o homem é um animal político. Tal erro persistiu durante a Era Moderna, devido a mistura do público e o privado.

Na Antiguidade, o homem deveria se libertar das obrigações do labor, para depois se dedicar à vida pública, à ação política. O labor era característica da esfera privada. Desta forma, a ação se distinguia do labor, pois ele era a atividade que permitia a subsistência do homem e os seus frutos se consumiam no processo biológico de manutenção da vida.

Arendt denominava o homem que desenvolvia o labor como *animal laborans*² e o labor era visto como atividade privada e que aproximava o homem das outras formas de vida animal, podendo, assim, ser considerado inumano, aquele que vivesse exclusivamente nessa esfera. Para ela, o *animal laborans* era apenas mais uma das espécies que existia no planeta, e talvez, a mais desenvolvida, mas que não se distinguia dos outros animais pela atividade do labor.

Na opinião dos antigos, o caráter privativo da privatividade, implícito na própria palavra, era sumamente importante: significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa, até mesmo das mais altas e mais humanas capacidades do homem. Quem quer que vivesse unicamente uma vida privada – o homem que, como o escravo, não podia participar da esfera pública ou que, como o bárbaro, não se desse ao trabalho de estabelecer tal esfera – não era inteiramente humano. (ARENDR, 2007, p.48)

Na concepção grega, o labor e o trabalho tinham o mesmo significado, sendo desprezado por ela, pois, acreditava-se que eles roubavam tempo. Assim, o escravo ao laborar, era comparado a um animal, e ainda, poderia ser considerado menos humano, pois o homem só mostra a sua singularidade na esfera pública agindo politicamente, e isso não era permitido ao escravo. Logo, privar significa deixar de lado algo que tornaria o homem inteiramente humano.

2 Agente do labor, aprisionado às necessidades biológicas, que trabalha para prover sua subsistência. Tudo o que produz deve ser forçosamente consumido ou se perderá novamente na natureza, pois sua durabilidade é limitada à necessidade de consumo do homem. (ALMEIDA TELES, Edson Luís de. *A Causa de nossa Ação: Hannah Arendt, seu pensamento sobre a ação política e a experiência da pólis grega*. In Revista Discutindo Filosofia: São Paulo, nº 7, 2007, pág. 34-41)

O labor seria necessário apenas à sobrevivência. O homem ao tê-la garantida já não precisaria mais preocupar-se com ela, podendo dedicar-se às questões públicas. A partir daí, o homem poderia mostrar aos seus pares quem ele era, pois a esfera pública era o espaço da ação e da publicidade. Neste espaço ele saía do oculto, que era o espaço privado (o lar), e adentrava o espaço público, o qual neste dado momento, acontecia na *Ágora*.³ No espaço privado o homem não aparece, pois, no espaço privado não há a existência política.

Arendt percebia que os antigos viam na propriedade privada uma condição para que o indivíduo pudesse ser admitido na esfera pública plenamente. Assim, a propriedade privada passa a ser também necessária para a existência da esfera pública – um paradoxo – sem a existência de uma esfera privada não haveria uma esfera pública, podendo se concluir que aquele que não tivesse propriedade não poderia ser cidadão; era comparado ao escravo. O que podia se ter claro era a noção do desvencilhamento das necessidades vitais para se entrar no mundo público. A riqueza não estava associada ao acúmulo como um fim em si mesmo, mas à noção de uma independência que fosse capaz de permitir que aquele que a possuísse não fosse preciso trabalhar e pudesse se dedicar à vida pública

Assim, não é realmente exato dizer que a propriedade privada, antes da era moderna, era vista como condição axiomática para admissão à esfera pública; ela era muito mais que isso. A privatidade era como que o outro lado escuro e oculto da esfera pública; ser político significava atingir a mais alta possibilidade da existência humana; mas não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano. (Id, 2007, p.74)

Podia se perceber claramente a importância da propriedade, pois juntamente a ela, a casa, o lugar de origem e pertença eram pré-requisitos históricos para o surgimento da *polis* e da cidadania política. Desta forma, teria-se uma separação nítida entre a *polis* (e a lei) e a casa privada, sendo a primeira, considerada uma comunidade política por estar delimitada pelas leis.

3 Assembleia do povo ou o lugar de sua reunião, a praça pública. (ALMEIDA TELES, Edson Luís de. *A Causa de nossa Ação: Hannah Arendt, seu pensamento sobre a ação política e a experiência da polis grega*. In Revista Discutindo Filosofia: São Paulo, nº 7, 2007, pág. 35)

Durante a Antiguidade, podia-se perceber nessas duas esferas a necessidade que havia de se separar aquilo que deveria ser ocultado daquilo que poderia ser exposto em público para assumir a existência.

3.2. O antagonismo entre o cristianismo e a esfera pública

Estava consagrado, na Antiguidade, que a participação na esfera pública era para poucos, de modo que a esfera privada crescia. Desse modo, quase não havia pessoas a dedicarem-se às coisas comuns e a maioria das pessoas estavam ligadas às suas questões privadas, religiosas ou não. Durante a Idade Média, a separação entre o público e o privado se mantém, e a Igreja Católica oferece uma substituição à cidadania dada anteriormente pela *polis*. Na medida em que todas as atividades estão voltadas para a esfera do lar, elas passam a ser exclusivamente atividades privadas. Enquanto isso, a esfera política diminui na proporção em que se aumenta a esfera da religião.

Arendt verificou que o cristianismo ao basear-se no ensinamento da bondade, deixado por Jesus Cristo, demonstrou que as pessoas deveriam praticá-la sem serem vistas e ouvidas, para que não caíssem na hipocrisia e exibição pública de suas devoções. Essa, talvez fosse a justificativa pela qual houve o afastamento dos primeiros cristãos da política. Dentro dessa perspectiva, Agostinho conseguiu demonstrar que a política deveria liberar certas áreas da vida, pois assim estaria atrás de um objetivo mais elevado o qual seria a liberdade dentro da política, visto que, já não tratava mais de uma minoria. Despreocupada dos negócios do governo, permitia-lhe, no sentido político que assumisse os cuidados com a administração e a economia em escala social.

A Igreja passa a constituir, através de seus fiéis, um espaço público totalmente novo e determinado pela religião, o qual, embora público, não era político. Esse espaço, na realidade, sempre existira, pois era reunidor de homens. Mas ele não podia se tornar um lugar de aparição, pois, o conteúdo da mensagem original cristã tinha que ser preservado. Para Arendt, isso era algo considerado quase impossível. O cristianismo tinha que garantir uma influência

sobre a política secular e permitir aos fiéis a proteção do seu local de reunião não-política do mundo exterior impedindo, assim, que ele se transforme em um local de aparição.

A bondade, como modo sistemático de vida, era vista como impossível de ser praticada dentro da esfera pública e ainda poderia até mesmo destruí-la. Arendt dizia que ninguém havia entendido tão bem a qualidade destrutiva da bondade quanto Maquiavel:

O critério com que Maquiavel julgava a ação política era a glória, o mesmo critério da antiguidade clássica; e a maldade, como a bondade, não pode assumir o resplendor da glória. Assim, qualquer método pelo qual “um homem possa realmente conquistar o poder, mas não a glória”, é mau. A maldade que deixa o seu esconderijo é imprudente e destrói diretamente o mundo comum; a bondade que sai do seu esconderijo e assume papel público deixa de ser boa: torna-se corrupta em seus próprios termos e levará essa corrupção para onde quer que vá.(2007, p.88)

Maquiavel havia percebido a influência negativa que a Igreja exercia sobre a política italiana, através da participação dela nos assuntos seculares. No seu entendimento uma coisa seria inevitável: a corrupção do clero pela esfera pública ou a permanência incorrupta do clero e conseqüente destruição completa da esfera pública. E assim, ele viu com respeito e apreensão,

O reflorescimento religioso do seu tempo, as “novas ordens” que, “evitando que a religião fosse destruída pela licenciosidade dos prelados e dos chefes da Igreja”, ensinam as pessoas a serem boas e a não “resistir ao mal” –, em decorrência do que “os governantes perversos podem fazer todo o mal que quiserem” (MAQUIAVEL, 2007, p.88)

A Igreja conseguiu se ver livre daquilo que denotava aparência e manifestação, através da Reforma Luterana a qual permitiu que ela se transformasse novamente em local de reunião para aqueles que viviam no recolhimento. Acontece que, com isso, desaparece também o caráter público da Igreja.

A Igreja Protestante, segundo Arendt, não conseguiu oferecer um substituto para a cidadania da Antiguidade, já a Igreja Católica sim, após o período do pós-declínio do Império Romano.

O espaço público que surge no início do cristianismo é uma comunidade que depois culmina na Igreja. Esta só terá assegurada a liberdade religiosa através do surgimento do Estado secularizado o qual dará a ela garantia pública e jurídica, iniciando, então, a noção de que a política seria tudo aquilo necessário ao convívio dos homens a fim de lhes permitir uma liberdade centrada além da política e da necessidade. Podia se medir o grau de liberdade política de uma determinada sociedade pela liberdade acadêmica e religiosa permitida por ela, ou seja, de liberdade não política propriamente dita.

Com o fim da Antiguidade, surge o espaço eclesiástico público, permitindo a política secular ficar ligada às necessidades da vida, devido ao fruto do convívio dos homens, reivindicando, assim, uma esfera mais elevada, na qual não mudaria a função da coisa pública, mas sim, as áreas em que a política pareceria necessária. O governo passa a ter a obrigação de dar proteção à livre produtividade da sociedade e a segurança do indivíduo no âmbito privado. Até este momento Liberdade e Política não se misturava e ser livre passava a ser algo típico da vida e da propriedade, aquilo que pertence à maioria. Contrariamente, na Antiguidade Clássica a produtividade e a vida eram de âmbitos privados, espaço este pertencente àqueles que não eram livres, pois era o espaço da necessidade.

3.3. A ascensão da esfera social

A partir da existência de uma sociedade de proprietários, não se pode, ainda, dizer que não havia indivíduos desprovidos de propriedade, pois o mundo ainda era visto como um mundo comum e era com ele que as pessoas se preocupavam. O mercado de trocas ainda representava a esfera pública comum, donde a troca em si não era um prolongamento da produção, mas pertencia ao campo da ação. Assim, uma sociedade de produtores não poderia ser vista como antipolítica, mas sim, como apolítica.

Com a Era Moderna e a constituição dos Estados Nacionais as áreas comunais deixam de existir e surge uma massa de pessoas que não tem nenhuma propriedade a não ser a sua própria força, estabelecendo, assim, uma sociedade de operários que culminará na constituição de uma sociedade de massa.

A sociedade de massa surgirá dentro da economia capitalista como uma sociedade de consumidores, que ao mesmo tempo será composta por operários, que serão, também, consumidores. Eles se tornam uma questão política para os Estados Nacionais. Eles não têm lugar fixo e nem possuem vínculo com a terra, tornam-se verdadeira massa de mão de obra para a revolução industrial.

Com a decadência da esfera privada e da propriedade, dá-se início a um processo social de acumulação, no qual toda a sociedade trabalha para a sua manutenção permitindo, assim, a decadência da esfera pública.

Na concepção arendtiana, a Era Moderna se destaca não pela defesa da propriedade, mas pela defesa da possibilidade de acumular propriedade. Concepção contrária a dos gregos, pois estes viam como necessária a propriedade para a participação na vida política, a qual não contradizia a idéia de um mundo comum, entretanto, o acúmulo de propriedade se opõe a esta idéia, sendo característico na Era Moderna, e não tem vínculo com a participação política; ao contrário, se explica através da ascensão da esfera social.

Nesta busca desenfreada que o homem fará pela propriedade, acabará produzindo um ciclo, no qual haverá a repetitividade das atividades humanas provocadas pela necessidade de se produzir e consumir tudo dentro de um grande ciclo: o do processo biológico do organismo vivo. Desta forma, os bens de consumo que são produzidos pelo labor, estarão ligados à sobrevivência, e não terão estabilidade, pois estarão baseados no consumo e, assim, quando consumidos desaparecerão.

A sociedade de massa transforma todos os estratos sociais modernos em comunidades de operários assalariados, que se concentram em torno do labor, o qual pertencia a esfera privada, mas, ao libertar-se da privacidade, surge como principal função da sociedade.

O labor evoluiu e transformou o mundo na forma que o conhecemos hoje. Isso se deu quando o requisito de propriedade para participar da esfera pública foi abolido permitindo, assim, que o labor fosse engrandecido pela emancipação do operário tornando-se a atividade

mais importante entre os humanos. Desta forma haveria, também a participação na cidadania, devido à admissão dos operários na vida pública.

Acontece que, segundo Arendt, o surgimento deste novo grupo admitido na sociedade, sem qualquer papel de liderança econômica, seria admitido na esfera pública, mas não absorvido pela esfera social.

O labor atinge altos níveis de excelência, contudo faz que a ação e o discurso, essenciais à esfera pública, percam qualidade. Estas qualidades, essencialmente políticas, perderam qualidade devido à ascensão do social, quando retiraram da esfera privada, a qual era a esfera original.

Esses mecanismos gerados em torno do labor para a manutenção da vida, leva a uniformidade e ao consumismo. A união de muitos em um só seria, pois, antipolítica.

Arendt percebia ser difícil manter uma sociedade de operários na qual não atrofiasse o espaço público, devido ao fato de que nesse tipo de sociedade todas as atividades estariam no nível do labor. Conseqüentemente, estariam no metabolismo do corpo humano com a natureza, não existindo troca, mas sim, consumo.

Desta forma, a condição social das classes trabalhadoras seriam comparadas a escravidão na Antiguidade, na qual o escravo trabalhava por necessidade e por acreditarem nisso como uma condição natural da manutenção da própria vida, entretanto essa forma de escravidão do *animal laborans* é diferente daquela da Antiguidade, pois representa a luta pela extirpação do labor das condições da vida humana reservando-o para os escravos.

Durante esse processo de ascensão social, o labor que antes era atividade da esfera privada, passou a pertencer aos indivíduos que se agrupam em turmas de operários, fazendo que se perdessem a individualidade e identidade, assumindo a uniformidade e o conformismo.

A crítica que Arendt faz é que o desenvolvimento tecnológico que a sociedade alcançou permite substituir a força de trabalho humana pela força das máquinas, o que na prática proporciona atenuar as penas do labor, constituiu-se, pois, uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, contradita por uma teoria de Marx, pois embora o trabalho possa ser definido como a mais humana e produtiva atividade, a revolução o libertaria desta atividade que o define, tornando, assim um paradoxo.

A fertilidade do labor traduz-se numa dinâmica na qual quanto mais se consome, mais *labor power* se produz e quanto mais se produz mais se tem para consumir. Isto isolaria os homens nela inseridos, pois, na sociedade de massa, na qual todos laboram, cada operário se encontraria isolado do mundo por conta dos produtos que produzia. Por não terem durabilidade, não se tornavam parte do mundo.

O labor, de certa forma, garante a manutenção da durabilidade do mundo, entendido este, como uma instância que relaciona os indivíduos ao seu redor.

3.4. A Alienação do mundo

Arendt (2007) em sua obra “A Condição Humana” abordou este tópico, *A Alienação do mundo*, relacionando o processo de alienação do mundo com o processo de expropriação do homem, os quais seriam, ao seu ver, dois aspectos que caracterizam a Era Moderna.

Na concepção arendtiana encontramos três eventos que, segundo a autora, determinam a Era Moderna: a descoberta da América (e a subsequente exploração de toda a terra), a Reforma Protestante (a qual promoveu um duplo processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza social (coletiva)) e a invenção do telescópio.

Após a descoberta da América o mundo pôde ser visto através de uma bola (o globo). O processo de mapeamento das terras do planeta e o seu mapeamento estava chegando ao fim. O homem havia tomado posse de sua morada (o planeta terra) e, a partir daí, toma conhecimento da imensidão do espaço terrestre e inicia o apequenamento do globo, o qual reduzido os seus contornos e suas formas geométricas caberiam, através de sua forma representada, numa escrivadinha de uma sala de estudos. Ademais, a tecnologia propiciou rapidez aos meios de transportes, de forma que a velocidade eliminou a importância da distância: cada homem é habitante da Terra tanto quanto é habitante de seu país.

Um aspecto importante que Arendt retrata, relaciona-se à capacidade humana de observação. Segundo ela

É próprio da natureza da capacidade humana de observação só poder funcionar quando o homem se desvencilha de qualquer envolvimento e preocupação com o que está perto de si, e se retira a uma distância de tudo o que o rodeia. Quanto maior a distância entre o homem e o seu ambiente, o mundo ou a terra, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano e terreno lhe restará. O fato de que o apequenamento definitivo da Terra foi consequência da invenção do aeroplano, isto é, de ter o homem deixado inteiramente a superfície da Terra, como que simboliza o fenômeno geral de que qualquer diminuição de distâncias terrestres só pode ser conquistada ao preço de colocar-se uma distância definitiva entre o homem e a Terra, de aliena-lo do seu ambiente imediato e terreno. (2007, p.263)

O telescópio promove, neste caso, a alienação do homem, pois ao observarmos os astros através de suas lentes, estamos nos retirando da terra e nos aproximando do universo. Assim, a alienação nos separa da natureza, distanciando o que é humano do que é natural.

Na Reforma ocorreria algo semelhante, cuja a diferença é a alienação que ocorre em direção ao nosso interior, à nossa consciência. Juntamente a este processo que ela promove, ocorre o acúmulo de riqueza coletiva com a expropriação das terras da Igreja e o cercamento das terras comunais na Inglaterra. Desta forma, a expropriação e alienação do homem, o primeiro estágio da alienação, coincidem no início da Era Moderna.

Para Arendt, nesta sociedade de operários que surge, a alienação ocorre de forma mais acentuada do que numa sociedade de produtores, devido à bancarrota do espaço da aparência e o declínio do senso comum. Nessa sociedade o que vai ter importância é a relação de troca. As pessoas trocam como fabricantes de produtos e o que é exibido não são elas mesmas (como no espaço político), mas sim, seus produtos. Esse mercado mantém-se pela soma dos poderes de troca e não pela força que surge da união dessas pessoas quando estão unidas na ação e no discurso.

Dessa forma, temos a comprovação do que foi apontado por Adam Smith e, também, por Marx, de que a alienação da sociedade comercial exclui os homens enquanto homens. Invertendo a relação existente entre o que é público e privado. Enquanto para os gregos, o homem se revela no espaço público, na sociedade comercial, de relações modernas, os homens se revelam apenas no seio familiar, no seu âmbito de amizade, isto porque, no espaço público o que se revela são seus produtos.

No segundo estágio da alienação, teremos uma identificação da sociedade com o território do Estado-Nação, substituindo o papel da família no novo processo capitalista. Nesse processo, haverá a substituição da sociedade pela humanidade.

Quando ocorre o declínio dos Estados-Nação, com o encolhimento econômico e geográfico do mundo e a transformação da humanidade em uma entidade realmente existente, na qual os homens levam menos tempo para se encontrar do que os membros de uma nação há uma geração atrás, temos o início do último estágio da alienação.

3.5. A substituição da ação pela fabricação

Arendt, observou que a ascensão da sociedade se dá com o declínio da família, que foi o marco inicial do modelo para outros grupos sociais, nos quais a igualdade dos membros destes grupos parecia com a igualdade dos membros da família diante do poder despótico do chefe da casa, servindo, então, de modelo de governo.

Assim, o Estado-Nação tem estrutura parecida com aquela que havia na esfera privada, não importando a real igualdade de seus membros. Neste tipo de sociedade, onde todos tem opiniões e interesses comuns, exige-se que seus membros ajam como membros de uma grande família, cujo poder é exercido por um único homem, o qual representará todo o interesse do grupo, sedimentando um comportamento semelhante ao de uma grande família, ou seja, de maneira conformista.

A concepção arendtiana mostra que um aspecto importante e histórico para a ascensão da esfera social foi a descoberta, no século XVIII, de que o privado não era o oposto de político. Ela evidencia o surgimento do romance nessa época e aponta o declínio das artes públicas. Daí que o ser humano passa, na esfera privada, a distinguir-se dos demais, da situação de conformismo comum a maioria dos membros da sociedade, na qual padronizava os comportamentos.

Da formação dos Estados Nacionais em diante, temas que antes para os gregos eram considerados privados, tornam-se de prioridade pública. A administração e a economia que

antes eram objeto da vida privada, por se relacionarem com a manutenção da vida, passam a fazer parte da vida dos monarcas. Isto se deu em razão da sociedade ter-se interposto entre as esferas pública e privada.

Observando isso, Arendt verificou que na ação o homem demonstra a sua singularidade. No agir entre seus pares, o agente revela-se e, essa revelação, distingue-se das demais, pois, caso não houvesse convivência entre os homens, a Política confundir-se-ia com a fabricação, tornando-se apenas em um meio para atingir um fim.

Na ação não temos objetos tangíveis (dotados de matéria) que podem ser adequados às necessidades humanas, como acontece na fabricação, a qual produz coisas concretas. Desta forma os atos dos homens serão importantes para a História, mas não os seus autores, pois, o revelar destes, a sua individualidade, só será interessante no que concerne ao aspecto biográfico. Entretanto, ao analisar o que a autora chamou de *vita activa* (vida ativa), ela pode constatar que não existe superioridade de vida humana. Todos somos seres humanos e, também, afirma que em relação às atividades humanas não há forma hierárquica de o homem se colocar no mundo, mas situações que compõem a condição humana.

3.6. O poder como sinônimo de domínio

Arendt, num primeiro momento, analisa a tradição que entende *poder* como sinônimo de *domínio*, e depois aponta uma outra tradição que entende a *política* como derivada da *polis* grega e o *poder* como diferente de domínio. Neste contexto, ao retomarmos uma tradição da filosofia política que entende violência como manifestação de poder, encontraremos autores como Jouvainville – que acredita que o poder seja um instrumento de domínio e que este se deve ao instinto de dominação. Assim, mandar e ser obedecido é a essência do poder, de forma que não é preciso nenhum outro atributo para que ele exista. “Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer ‘de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado’” (ARENDR, 2004, p.23) e que temos de decidir quando e em que sentido o poder pode ser diferenciado da força que, pelo próprio fato

de ser qualificada, cessa de ser força, o que no entendimento de Passerin d'Entreve (*apud* ARENDT, 2004, p.23) é a força “qualificada” ou “institucionalizada”.

Arendt adota essa tradição, expõe outra e propõe um novo vocabulário para a política. Ela vai atrás da outra tradição na cidade-estado de Atenas e na isonomia como constituição da *polis*. Segundo ela, essa tradição é continuada com os romanos quando afirmam que a *Civitas* é sua forma de governo.

Segundo essa tradição, o poder e a lei não tem essência na relação de mando-obediência e não identifica o poder com o domínio. Ao utilizarem o termo obediência, estavam na realidade, tratando da obediência às leis e não aos homens, resumindo, de fato, num apoio a elas pelo consentimento dado pelos cidadãos, que sustentariam as instituições baseando-se no apoio do povo.

Desta forma, o traço essencial do conceito de poder, está vinculado à idéia do momento fundacional de uma determinada comunidade, ou seja, de quando ela se organiza. O poder do governo depende da quantidade e da opinião daqueles que o apóiam. Assim, não seria de se duvidar que uma minoria desarmada conseguiria por meios violentos alguma coisa. O que na realidade só aconteceria, se a maioria se recusasse a usar o seu poder para subjugar uma minoria. A maioria, ficando inerte aos acontecimentos, torna-se aliada latente da minoria. Concluí-se, então, que não se pode dizer que uma minoria seja poderosa por si só, pois, ela só é poderosa quando tem uma maioria que a apóia tacitamente, recusando usar o seu poder e mantendo se espectadora conformada das ações de outros.

A importância desse momento fundacional se dá quando qualquer ação futura faça referência a esse momento inicial. Nesse sentido, o poder se justifica por si mesmo porque é fruto da ação coletiva do grupo que o sustenta. É ele que define as regras pelas quais a autoridade será reconhecida e exercida. Essa autoridade não é poder; ela é a institucionalização dele.

Arendt (2007) observou que o espaço público constitui-se no lugar em que os homens passam a ser vistos como capazes de agir politicamente, pois a ação política, segundo a autora, só necessita do corpo e a fala.

4-ALGUMAS FORMAS E NOÇÕES ATUAIS DE VIOLÊNCIA

Segundo a enciclopédia livre, Wikipédia⁴:

Violência é um comportamento que causa dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do [latim](#) *violentia* (que por sua vez o amplo, é qualquer comportamento ou conjunto de deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente.

A violência será explícita quando rompe com as normas ou moral sociais, aceitas por uma determinada sociedade. Assim, por exemplo, furar as orelhas de uma criança para colocar um par de brincos pode ser visto como algo normal, não violento, devido a sua aceitação social. Da mesma forma, veremos que existem práticas abomináveis, aceitas livremente, como a de alguns países muçulmanos que promovem a mutilação dos genitais femininos. Cumprem a prática utilizando-se de três métodos conhecidos: o primeiro consiste na extirpação parcial ou total do clitóris, conhecida como clitoridectomia; o segundo, a excisão, em que se extirpam os clitóris e os lábios menores; e o terceiro, a infibulação, que é a extirpação total dos genitais externos seguida de costura por quase todo o orifício vaginal. Tudo isso, por crenças fanáticas que não admitem que a mulher possa sentir o prazer e, assim sendo, cumprem um ritual milenar passado por gerações, que é praticado com objetos cortantes, podendo ser utilizado até mesmo caco de vidro.

Um conceito que busca dar uma definição dos estados e dos atos de violência, é o utilizado por Michaud (1989, p.10-11), que o faz nos seguintes termos:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

4 Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia>>. Acesso em: 16 mai.2007.

Este autor preocupou-se em demonstrar que, assim como o caos, a desordem radical e, a transgressão social, a violência se associa ao imprevisível por transgredir regras e normas sociais naturalmente aceitas fazendo derivar, dessa situação de imprevisibilidade, o sentimento de insegurança que se traduz na crença de que tudo pode acontecer. Para ele, na forma de transgressão à regra, a violência pode adquirir aspectos positivos e não somente negativos. Exemplifica que nos anos 60 significou o rompimento dos valores de uma sociedade condenada. Demonstrou que a violência é definida e compreendida a partir dos valores que constituem o *sagrado* do grupo de referência.

Na visão de Chauí (1999, p.297)

O sagrado é uma experiência da presença de uma potência ou de uma força sobrenatural que habita algum ser – planta, animal, humano, coisas, ventos, águas, fogo. Essa potência é tanto um poder que pertence própria e definitivamente a um determinado ser, quanto algo que ele pode possuir e perder, não ter e adquirir. O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade de alguns sobre outros, superioridade e poder sentidos como espantosos, misteriosos, desejados e temidos.

O tema violência surge nos discursos políticos e nas preocupações da opinião pública valorizando certas convicções heterogêneas, as quais recebem maior adesão da sociedade.

Ao longo dos séculos, a violência apresentou-se de formas diferentes, em determinadas situações: discreta, noutras nem tanto e na maioria das vezes estarrecedora. Assim, o que se percebe é que onde esteve o homem, ela se fez presente e a forma como a temos hoje é própria do nosso tempo, de nossa civilização, que apesar de evoluir na técnica e na modernidade, manteve-a nos níveis da barbárie.

Várias são as causas que buscam explicá-la e dentre as externas ao indivíduo, há aquelas que tentam explicar a violência física. A maneira como se reveste, em alguns períodos da história, é execrável e hedionda, aparentando-se nas suas formas exteriorizadas e brutais, como torturas, genocídios e holocaustos, consumindo grandes parcelas da população mundial em diversas localidades e períodos diferentes, muitas vezes, utilizando-se dos instrumentos ou meios de comunicação de massa: os jornais escritos, o rádio, o cinema e a televisão.

É bem verdade que diversos personagens da história fizeram uso deste artifício. No Brasil, por exemplo, na década de 30, do século passado, o presidente Getúlio Vargas iniciou um governo que via na propaganda (ou na comunicação social) uma grande aliada, implantando assim, uma ditadura consentida que vendia uma imagem populista usando-se de um aparelho estatal opressor que tinha como seu mais digno representante, Filinto Müller, chefe da Polícia Secreta .

Já no período da Segunda Grande Guerra Mundial, o mundo pôde verificar, da pior forma possível, o significado do uso da propaganda para impor a opressão de um determinado grupo sobre outro com a aceitação por parte do povo que a sustentava. Hitler, Mussolini, Franco e Stalin, dentre outros expoentes dos mais sombrios períodos da história, o sabem perfeitamente. Exterminaram milhões de pessoas, em um curto período de tempo, contando com a conivência da maior parte da população de onde ocorreram estes episódios.

Nos campos de concentração, criados nos tempos da cruel perseguição nazista, política de ódio instaurada pelo Führer, milhões de seres humanos, sobretudo judeus, foram torturados e mortos dos mais variados modos que a mente humana possa imaginar.

É importante lembrar e comemorar a queda do III Reich e seu regime apocalíptico, bem como lamentar a profunda degradação do homem, que já no século XX, permitiu, por regimes totalitários facilmente atacar e assassinar seu semelhante, tendo pretextos diversos para implantar o terror hitlerista.

Não obstante, é bom ressaltar que além do lugar comum da crítica ao nazismo, houveram atrocidades cometidas por outro sistema totalitário e homicida: o comunismo soviético.

Além dos campos de concentração dos alemães, houve os campos de concentração soviéticos - *os gulags* – que também puderam presenciar a morte de milhões de pessoas. Compostas por católicos ucranianos e russos, ortodoxos contrários ao regime imposto pelo Kremlin, e também judeus que não conheceram outra coisa que a desumanidade e o frio atentado à vida. Stálin promoveu a maior manifestação histórica concreta do perigo da ideologia contra a Civilização Cristã e a toda a humanidade.

Contabilizar as passagens históricas em que houveram massacres de grandes contingentes humanos seria, antes de qualquer coisa, um trabalho um tanto pretensioso quanto desgastante. Não é o que se pretende neste trabalho, mas ao menos de forma breve, devem ser lembrados alguns que, além dos que já foram citados, marcaram com sangue as páginas da história. Dentre eles, o fato da descoberta da pólvora, na China, no século IX, o que em menos de um século propiciou aos homens, um meio de extermínio bastante rápido, movimentando a máquina da guerra daquela época. Os chineses desenvolveram seu uso militar na forma de foguetes rudimentares e bombas explosivas que eram lançadas por meio de catapultas, sendo também utilizados tubos de bambus que foram substituídos por tubos de metal, propiciando, alguns anos mais tarde, o desenvolvimento da artilharia conseqüentemente se deu o aparecimento dos canhões que foram bastante utilizados pela China e pela Europa.

Muito depois, no século XV, o papa Alexandre VI expedira bulas fixando as fronteiras de Portugal e Espanha. Dessa forma, em 07/06/1494, os reis desses países dividiram para si o mundo, partindo-o ao meio, através de uma linha imaginária que definiu o chamado Tratado de Tordesilhas. Continuando, então, uma verdadeira campanha de conquista ao mundo, a qual já tinha sido imaginado por Colombo, o qual havia conquistado a América do Norte em 1492. Após o Tratado, Cabral descobriu o Brasil, em 1500. Essas conquistas foram feitas a ferro e fogo. As populações locais foram dizimadas, na sua maioria, ficando vivos aqueles que se submetiam ao jugo dos conquistadores que, com o título de povo civilizado, impunham a morte e o terror a essas populações.

A tortura, que sem sombra de dúvidas, é uma das mais cruéis manifestações de violência, foi bastante utilizada nesse período, para impor as regras da Igreja Católica contra os infiéis. O estupro, pelos relatos da história, era uma prática rotineira do colonizador cometida contra estes povos. Vale lembrar que, para o colonizador, contrariamente a posição da Igreja Católica, eles eram considerados sem almas, semelhantes aos animais. Visão que durou por muito tempo e que só foi corrigida após muito sangue inocente ser derramado.

4.1. Violência Doméstica

Violência Doméstica, propriamente dita, é aquela resultante de agressão física cometida contra o companheiro ou companheira, os filhos ou enteados, e, também contra pessoas que se encontram na convivência do seio familiar. Acontece com regularidade e normalmente a vítima passa por um trauma silencioso, pois na maioria das vezes, se encontra em condições de submissão emocional e financeira do agressor. Para se entender esta dinâmica devemos ter em mente alguns conceitos, como por exemplo:

4.1.1. Violência física

Violência física é aquela que é praticada através do uso da força e com o objetivo de atingir a integridade física de pessoas ou bens. Materializa-se de diversas formas, podendo ser pelas vias de fato, agressões com o uso de objetos contundentes, inflamáveis ou, até mesmo com o uso de líquidos quentes. Neste contexto, também, pode ser considerado Violência Física o abandono material de pessoas incapazes de se proverem, pelos seus responsáveis.

4.1.2. Violência psicológica

A Violência Psicológica consiste numa modalidade de agressão que não deixa marcas visíveis na vítima. Caracteriza-se pelo tratamento desumano, na forma de discriminação, rejeição, humilhação, indiferença, depreciação, desrespeito e punições exacerbadas. O indivíduo fica com cicatrizes emocionais que podem durar por toda a vida.

As crianças e os adolescentes são mais expostos à violência psicológica, levando-se em consideração a fragilidade própria de suas idades. Normalmente sofrem esse tipo de

violência no ambiente familiar, através dos pais e parentes próximos, como também, nas escolas, pelos colegas e professores ou pelo próprio sistema escolar.

4.1.3 – Negligência

A negligência ocorre pela omissão dos cuidados devidos cujos responsáveis, pela guarda e educação da criança ou do adolescente, deveriam promover para o seu pleno desenvolvimento. A esse respeito podemos dizer que a negligência caracteriza-se não apenas pela falta de cuidados materiais e físicos, como por exemplo, alimentação e vestuário, mas também, pela falta de amor e carinho compatíveis. A indiferença emocional propicia carência, podendo gerar danos permanentes.

4.1.4 Síndrome do bebê sacudido (Shaken Baby Syndrome)

Segundo Roque Theophilo⁵, a Síndrome do bebê sacudido se refere a lesões de gravidade variáveis, que ocorrem quando uma criança, geralmente um lactente, é severa ou violentamente sacudida.

Podem ocorrer em conseqüência: cegueira ou lesões oftalmológicas; atraso no desenvolvimento; convulsões; lesões da espinha; lesões cerebrais e, até mesmo, a morte

4.1.5 Síndrome de Münchausen por procuração

De acordo com Theophilo (op. cit), o nome da síndrome vem da literatura, em que o personagem, Barão de *Münchausen* cujo nome era *Hieronymus Karl Friedrich von Münchausen* (1720-1797), alemão, tornou-se muito conhecido pelas mentiras humorísticas (e

5 ROQUE THEOPHILO. *In* VIOLÊNCIA PSICO FÍSICA NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE. Texto disponível no site: <<http://www.google.com.br>> acesso em 10 /09/ 2007.

agressivas) que contava de bar em bar. O barão de *Münchhausen*, criava histórias fantasiosas, extremamente detalhadas, e todos acreditavam nelas. Esse quadro foi inicialmente descrito em adultos, que criavam doenças em si próprios. Posteriormente, em 1977, *Meadow* descreveu a situação em que pais com desordens psiquiátricas produziam nos filhos o mesmo quadro. Daí a denominação Síndrome de *Münchhausen by proxy*, ou por procuração.

4.1.6 Violência Sexual

Abuso de poder no qual a vítima (criança, adolescente ou mulher) é usada para satisfazer os desejos do agressor contra a sua vontade, sendo induzida ou obrigada a praticar atos sexuais ou libidinosos com ou sem violência física.

4.2 A Violência Policial

Trata-se de uma forma de violência praticada por agentes do Estado que deveriam cumprir com suas funções oriundas de garantir a segurança pública, a quem lhes foram confiados o controle da violência, subvertem-na promovendo o oposto. No Brasil, tem-se esse tipo de violência como um problema social de grandes proporções e é considerado reflexo do passado político brasileiro. De acordo com a historiografia brasileira, as origens da polícia remonta ao regime escravocrata colonial quando os barões constituíam pequenas milícias para vigiarem as suas propriedades e os seus escravos. Passa pelo período imperial o qual não foi diferente. Manteve-se a força contra os subordinados, mas de uma forma mais opulenta, pois surgia naquele momento uma força policial de maior monta, para apoiar os setores oligárquicos do império. Dessa fase que vai da transição do Império para a República, surgem as figuras dos coronéis. Eram ricos proprietários de terras que armavam grupos para constituírem a sua milícia particular. Apareceram as forças policiais que, apesar de pequenas, representavam, em tese, o Estado. Devido a uma série de fatores, dentre eles a falta de recursos materiais e humanos, estas forças acabavam servindo ao interesse dos coronéis, que decidiam tudo nas regiões de suas influências: a política, os negócios e sobre a vida e a morte

das pessoas. Foi assim por muitos anos, até que surgiram os movimentos messiânicos e o cangaço.

Deste último temos exemplos importantes, como o de Virgulino Ferreira, o Lampião, que armou dezenas de homens na região nordestina e partiu para o cangaço, nome que deriva de canga: “jugo de madeira que une uma junta de bois para o trabalho, 2.Pau que assenta nos ombros de dois carregadores para suspender o objeto por eles transportados”(MELHORAMENTOS. Dicionário Prático da Língua Portuguesa, Ed. Cia Melhoramentos, São Paulo, 1987, p.172) . Era um instrumento pesado, eis aí, a razão do termo. Praticavam saques, matavam, invadiam vilarejos, tomavam bens dos fazendeiros ricos, e muitas vezes, acredita-se, davam aos pobres, retribuindo favores. Isso certamente propiciou o aumento do número de policiais pelo interior do nordeste.

Esses grupos foram todos dizimados antes mesmo do fim da Era Vargas. A força policial contando com o apoio do governo, utilizou-se de um forte esquema militar, inclusive com o uso de armas de guerra, como por exemplo, de metralhadora, fuzis e pistolas de fabricação alemãs, findando assim, com o cangaço.

Do movimento messiânico, o mais memorável, foi o de Antônio Conselheiro. Acreditando na volta do rei Dom Sebastião, que havia desaparecido durante uma incursão na África, implantou a maior resistência ao regime institucional da época. Fundou Canudos, um povoado habitado por retirantes vítimas da expropriação de terras cometida pelos coronéis da época e, também das vítimas da seca e da fome. Esse movimento deu trabalho para o governo, sendo necessário quatro incursões militares que ficaram imortalizadas na História do nosso país, inclusive retratada numa das maiores obras da literatura nacional, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

A polícia foi usada como um instrumento para garantir o poder, não somente durante esses movimentos, mas também no decorrer da ditadura Vargas e, no período dos governos militares.

Após todos esses períodos históricos de regime de exceção, verifica-se que nos restou apenas uma força policial ineficiente que procura manter a lógica da manutenção da defesa dos interesses das elites conservadoras, usando para isso, do arbítrio e da violência, sem dizer

da corrupção que a assola mormente nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, as quais por diversas vezes foram alvos de reportagens que evidenciam o envolvimento de policiais com o crime organizado.

Falar de violência policial e não falar da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) de São Paulo e do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) do Rio de Janeiro. É a mesma coisa de fechar os olhos para o tema. Eis aí as origens da criação de um sistema mortal de extermínio. Essas unidades surgiram após o período dos governos militares trocando o guerrilheiro embrenhado nas selvas pelo bandido comum e as selvas pelas favelas das grandes metrópoles. O alvo mudou, mas a lógica dos treinamentos é a mesma permitindo assim, um modelo de polícia que usa da inquisitorialidade para atingir os seus objetivos.

A ROTA, percebe-se, pela crônica policial, tratar-se de uma das polícias que mais matou no país, fato que já lhe rendeu, até, uma obra bastante conhecida: ROTA 66, A HISTÓRIA DA POLÍCIA QUE MATA, de autoria do jornalista Caco Barcelos. Nela o autor demonstra que a polícia, que atua na grande São Paulo matou mais inocentes do que realmente bandidos, principalmente sob o comando de Conte Lopes. No último capítulo desta sua obra, sob o título Radiografia, o jornalista esboça o objetivo e o resultado de seu trabalho:

Ao começar a fazer este livro, meu objetivo era denunciar a ação de matadores oficiais contra os civis envolvidos em crimes na cidade. O balanço final do meu trabalho, em junho de 92, acabou surpreendendo a mim mesmo. Os criminosos não representaram a maioria entre as pessoas mortas pelos policiais militares. O resultado de minha investigação, que abrange o período de 22 anos de ação de matadores, mostra que a maior parte dos civis mortos pela PM de São Paulo é constituída pelo cidadão comum que nunca praticou um crime: o inocente.

O resultado do confronto do nosso Banco de Dados com os arquivos da Justiça Civil revela que **65 por cento das vítimas da Pm que conseguimos identificar eram inocentes.** (grifo nosso) (BARCELLOS, 1992, p.257)

O cotidiano desses policiais é de bastante truculência. Recentemente devido a efervescência do temário TROPA DE ELITE, a revista Super Interessante trouxe uma edição especial e, dentro da reportagem “A Tropa Revelada”, traz a seguinte revelação:

Um integrante da Rota, a contrapartida paulistana ao Bope no quesito “botar pavor”, conta: “a gente já chega de um jeito violento: desce da viatura escancarando as portas e olhando todo mundo como suspeito. No Batalhão e nas viaturas a conversa é sempre a mesma: ‘Quantos você já derrubou?’ O policial que matou mais ganha respeito”. (Super Interessante, ed.245-nov/2007, p.65)

O BOPE, tropa de elite da polícia carioca, trata-se de um grupo policial de grande notoriedade. Utilizando o seu famoso veículo blindado, o caveirão, já se tornou símbolo de extermínio nas favelas cariocas do Rio de Janeiro. Quando ele sobe os morros, uma coisa é certa: vai haver derramamento de sangue.

Recentemente foi lançado o livro: ELITE DA TROPA (2006), de autoria de Luiz Eduardo Soares, André Batista e Rodrigo Pimentel. Apesar da narrativa do livro ser na forma de ficção, aproxima-se muito da realidade, servindo de pano de fundo para o filme “Tropa de Elite”, o qual encontra-se em exibição por diversos cinemas brasileiros.

A atuação da polícia do Rio contra a bandidagem, entre os anos de 2000 e 2006, segundo a revista super (Id, 2007, p.67-68) tornou-a uma das polícias com os mais altos índices de letalidade. Enquanto a média mundial é de 10 civis mortos para cada policial morto, no Rio de Janeiro essa taxa é de 41 civis mortos para cada policial morto, quatro vezes mais alta que a média mundial ultrapassando, também, a média da polícia paulista que foi de 14 civis assassinados para cada policial morto. Os especialistas em segurança pública, ouvidos pela revista

Apontam a gestão do governador Marcello Alencar (1995-1999) como o período em que a polícia começou a guinada para a brutalidade que permanece até hoje. Para coibir o crime, o governador implantou uma gratificação por “atos de bravura”(um eufemismo para matar) que se incorporava ao salário dos policiais. Apelidado de “premiação faroeste”, o bônus foi o ponto de partida para a escalada da violência policial.(Super Interessante, ed. 245-nov/2007, p.67-68)

Esses grupos fomentaram o surgimento de outros pelo interior do país, atuando nos mesmos moldes. Dentre eles, temos a ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas),

em Goiânia-Goiás, grupo que se intitula reserva da polícia goiana, possuindo um número reduzido de componentes. Usam as cores pretas nas suas vestimentas, que por sinal é a cor que representa a ausência de todas as demais, possuem no distintivo um raio que conota “energia”, termo erroneamente interpretado como sinônimo de violência.

O que não podemos deixar de comentar sobre a violência policial, trata-se de uma linha de análise na qual

A conclusão é de que a política do atirar para matar não funcionou. Além de não conter o crime e o tráfico, a violência da polícia provocou 3 problemas inesperados. O primeiro deles foi a corrida armamentista, tanto de policiais quanto de traficantes. O segundo foi o aumento da corrupção. Como o que está em jogo agora é a vida (e não mais a prisão) do bandido, ele vai pagar mais – e para mais pessoas – para não morrer. Terceiro, a violência gerou mais violência. “Quando a polícia deixa de aceitar rendições, os criminosos sabem que não há escolha: eles lutam até a morte, levando junto o máximo de pessoas”, afirma o antropólogo Luiz Eduardo (.Super Interessante, ed. 245-nov/2007, mesma página)

CONCLUSÃO

Da análise do conceito de violência em Hannah Arendt conclui-se que, ao longo dos anos, a violência foi tratada como algo corriqueiro, marginal, nem sempre encontrando a devida atenção por parte dos estudiosos das Ciências Sociais e em diversos momentos da História ela foi glorificada. Desde os primórdios da humanidade até hoje, ela é banalizada.

Faz-se importante conhecer os mecanismos da violência para, então, distinguir claramente o que ela não é (o que seria mais fácil) do que realmente ela seja. Constatado está que não se trata de poder, pois este é sinônimo de legitimidade, de representação; está ligado ao momento de fundação de um determinado grupo e só desaparece quando ele se desintegra. Não se trata de vigor, o qual tem um conceito radicalmente distinto, descrevendo uma realidade essencialmente individual (e não política), constituindo-se em um atributo inerente a algo ou a alguém que pode ou não ser empregado na interação com os outros indivíduos e, por ser algo essencialmente particular, torna-se uma ameaça ao poder.

Violência não pode ser confundida com força porque esta se refere à energia liberada pelos movimentos sociais sobre a sociedade e sobre o fenômeno do poder. Também deve-se distingui-la de autoridade, pois esta representa respeito e reconhecimento, o que dão sustentação ao poder. A autoridade goza do reconhecimento de todos e por isso, respeita-se seus portadores e os obedecem-nos.

Ao longo da trajetória humana verificamos que houve muitos equívocos sobre a violência e, assim, para se evitá-los devemos conceber um espaço público genuíno, pois, neste teremos a liberdade, a qual propiciará a prática da política, pela ação, pela manifestação da vontade, pelo falar e pelo ouvir.

Desde a Antigüidade, do período em que os gregos praticavam a política na *ágora*, passando pelo crescimento da *polis*, a transformação das Cidades-Estado, até a Era Moderna, o homem teve de se libertar das agruras do trabalho necessário à sua subsistência, para depois poder participar da vida política, a qual ocorria na esfera pública. Somente a partir dessa libertação é que o homem podia exercer a vida política. Isto é devido a uma concepção pura

do que venha a ser política, a qual, na realidade acaba sendo praticada por homens livres, pois, aqueles que estão presos à sua subsistência ou a de seus pares, não conseguem realmente alcançar a liberdade necessária para exercer a política. Ela acaba sendo manipulada por aqueles que detêm a liberdade, por já terem sido libertos. Para alcançar essa liberdade, o homem ainda necessita de acumular riquezas suficientes para garanti-la, pois, ao necessitar vender a sua força de trabalho como a uma mercadoria que se vende em um balcão, ele acaba se tornando escravo da sociedade na qual está inserido.

Analisando o político na visão arendtiana, percebe-se que a dominação, assim como a superfluidade da sociedade de massa, a qual é composta, na sua maioria, por seres desprovidos de interesses comuns, de cidadania e de algo que lhes permita conservar a dignidade, são frutos de um mundo pós-totalitário, no qual houve a destruição da esfera pública e que se vê invadida pela violência e pelas artimanhas mesquinhas de grupos de influências que dominam a economia e a política.

Para ser livre e praticar a política, é mister ter em mente a importância da não omissão, da ação e fala em benefício de uma cultura de paz.

Quando é permitida à violência se manifestar sem maiores restrições, acaba-se por legitimá-la. É o que aconteceu e continua acontecendo, por exemplo, em relação à violência policial. O Estado, sem maiores mecanismos eficazes de controle da ordem social, permitiu que surgisse em seu quadro de agentes, policiais desqualificados que só conseguem manter a ordem nas ruas, com o uso desmesurado da violência, resultando por diversas vezes em execuções de civis, evidenciada por diversos meios de comunicação.

A violência segundo a concepção arendtiana é inerente à natureza humana. Assim, retirar a violência do convívio humano seria a mesma coisa que castrar o homem, desumanizá-lo. Às vezes, o ato violento é a única saída para determinadas situações, nas quais, somente com seu emprego poderia se promover o equilíbrio nas balanças da justiça. Porém, que fique claro, ela deve ser a exceção e não a regra.

Finalizando, para compreender a violência no pensamento arendtiano temos que compreender a violência no contexto da sociedade, como uma forma de manifestação daqueles que não tiveram acesso à palavra, quando a condição humana lhes fora negada. Para

mudar esta situação deve-se resgatar o direito à palavra, às expressões das necessidades e reclamações dos sujeitos, e à criação de espaços coletivos de discussão, como na *ágora* dos gregos, com a diferença que, nestes espaços novos, aqueles que ainda estão presos ao labor, possam participar efetivamente.

Não deve-se deixar as mentes anestesiadas diante da expansão da violência, pois o homem pode vir sofrer novamente os horrores dos campos de concentração, os quais foram possíveis devido à omissão de pessoas beneficiadas pelos regimes autoritários implantados, permitindo que alguns poucos detentores do poder, o substituísse pela violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA TELES, Edson Luís de. *A Causa de nossa ação: Hannah Arendt, seu pensamento sobre a ação política e a experiência da pólis grega*. In Revista Discutindo Filosofia: São Paulo, nº 7, 2007.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Da Violência*. Tradução de Maria Cláudia Drummond.[S.l. : s.n.], 2004.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. *O que é política?*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: A história da polícia que mata*. São Paulo: Globo, 1992.

BRÜSEKE, Franz Josef. *A técnica e os riscos da modernidade*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.

Dicionário Prático da Língua Portuguesa. São Paulo: Cia Melhoramentos, 2005.

DUARTE, André. LOPREATO, Christina. MAGALHÃES, Marion Brepohl de (orgs.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Relume Dumará, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe; Escritos políticos*. Traduções de Livio Xavier. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MICHAUD, Yves. *A Violência*. Tradução de L. Garcia. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 1989.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SOARES, Luiz Eduardo et al. *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SOUZA, Fátima, Nina Weingrill, Elisa Meneses e Natália Suzuki. *A Tropa Revelada*. In Revista Super Interessante, ed. 245-nov/2007.

THEOPHILO, Roque. In VIOLÊNCIA PSICO FÍSICA NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE. Texto disponível no site: <<http://www.google.com.br>> acesso em 10 /09/ 2007.

VICENTE, José João Neves B. *O mal do século*. Goiânia: E.V., 2007.

SITES PESQUISADOS

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia>>. Acesso em: 16 mai.2007.

<<http://www.google.com.br>> acesso em 10 /09/ 2007.